

# FELICIDADE: UMA PROPOSTA DE SENTIDO NA ÉTICA A NICÔMACO

Filipe Cancian Zanetti<sup>1</sup>  
[fczanetti@gmail.com](mailto:fczanetti@gmail.com)

José Caetano Minus<sup>2</sup>  
[caeminus@yahoo.com.br](mailto:caeminus@yahoo.com.br)

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo expor, de maneira sintética, a contribuição de parte do pensamento ético de Aristóteles, no que se refere à orientação para uma vida feliz. É apresentada a felicidade, bem supremo humano, como atributo inerente a uma vida plena, que consiste na realização daquilo para o qual converge o existir humano. Sem a pretensão de esgotar o conteúdo, fundamentado na obra “Ética a Nicômaco”, analisar-se-á o Fim que dá sentido à vida na sua integralidade.

## Palavras-chave

Felicidade, Fim, Virtude, Contemplação, Ética

## ABSTRACT

*The objective of this article is to explain, in a synthetic way, the contribution of the ethical thinking of Aristotle, with regards to a guidance for a happy life. Happiness is presented as an inherent attribute to achieve a full life, which consists in doing the very thing that converge to human existence. Not having any intention to exhaust the content, and based on the work "Nicomachean Ethics" we will analyze the purpose that gives meaning to life in its entirety.*

## Keywords

*Happiness, Purpose, Virtue, Contemplation, Ethics*

## 1. INTRODUÇÃO

A ética aristotélica, elaborada em sua peculiar natureza na obra intitulada “Ética a Nicômaco”, assume como proposta inicial refletir sobre o foco de convergência de toda ação para o bem supremo, a felicidade.

Diante dos muitos anseios do homem, é instigante sua busca pela felicidade, que está ligada a certa realização pessoal. Ao mesmo tempo, porém, perceberemos que na sociedade contemporânea os indivíduos parecem tomar rumos muito diferentes nessa busca, com recursos provisórios ou concepções equivocadas deste Bem. Nessa conjuntura,

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Filosofia do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG).

<sup>2</sup> Docente do Curso de Filosofia do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé – UNIFEG. Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (Itália).

com base no pensamento de Aristóteles, procuramos analisar o que é propriamente a felicidade e o que torna viável esta possibilidade humana.

Em um primeiro momento buscamos apreender a concepção antropológica de Aristóteles no período em que foi escrita a obra analisada. A referida concepção é fundamental para melhor compreender qual é a relação existente entre seus conceitos de Felicidade e Homem.

Posteriormente, apresentaremos a teleologia aristotélica que fundamenta todo seu pensamento ético. Aristóteles busca um fim em função do qual fazemos todas as outras coisas, a força motriz que dá movimento à ação do homem no mundo, a *eudaimonia*, traduzida por felicidade. Serão também expostos os critérios do bem supremo e como a felicidade se identifica com ele. Também analisaremos algumas opiniões sobre a vida feliz, apresentando as incoerências, se houver, e assinalando a vida contemplativa como principal proposta defendida por Aristóteles.

A seguir refletiremos sobre a função humana enquanto intrínseca geradora de seu Bem. A linha de raciocínio do pensamento aristotélico supõe que, se há uma finalidade para a vida do homem, ela estará de acordo com a sua própria natureza, a saber, a racionalidade. Esta disposição possibilita ao homem desenvolver e aperfeiçoar, através do hábito e da prática, a virtude - abordada também como excelência. A virtude é um estado de equilíbrio imanente à felicidade. Descreveremos as virtudes éticas e sua importância para a vida feliz; e a virtude teórica, a mais sublime excelência que proporciona o Bem supremo.

Por fim, as considerações finais delineiam alguns pontos relevantes sobre o tema na tentativa de motivar reflexões posteriores.

## **2. CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA DE ARISTÓTELES NA ÉTICA A NICÔMACO**

O pensamento filosófico se delineia embasado numa série de conceitos que permitem a sua solidez. Baseado nisso, o fundamento da reflexão aristotélica sobre uma vida feliz, segundo Perine (1982), surge em decorrência da concepção antropológica desenvolvida na fase instrumental-mecanicista do seu pensamento.

Nesse período, o Estagirita estabelece uma relação hierárquica de interesse na qual a alma assume uma postura acima do corpo, porém sem levar em conta uma perspectiva que remeta a uma reflexão de cunho eminentemente transcendental. “A moral de Aristóteles [...] corresponde à nova concepção de homem: o corpo é instrumento da alma e deve colaborar com ela na realização da sua tarefa de homem” (PERINE, 1982, p. 24).

Na referida concepção, o corpo não se constitui um obstáculo para a alma, pelo contrário, é uma categoria que a enriquece e auxilia. Nessa perspectiva, há, portanto, uma

superação do idealismo platônico, característica original da fase anterior do pensamento de Aristóteles, segundo o qual o corpo assumia uma dimensão desprezível, concebido como um percalço para a alma que, por sua vez, deveria submeter o corpo para tirar dele o melhor possível nesse estado antinatural em que se encontrava enquanto presa a ele.

A superioridade da alma sobre o corpo e a relação recíproca entre eles, elucidada na nova concepção aristotélica, está intimamente ligada ao argumento da função específica do homem, ou seja, daquilo que o difere especificamente dos outros seres vivos e promove o despertar daquilo que é divino, a saber, a razão enquanto atributo, possibilidade e capacidade da alma (ARISTÓTELES, 2009).

É tomado como evidente que, se o ser humano tem uma função, esta deve ser uma maneira de estar vivo, e não apenas qualquer maneira de estar vivo, mas uma que seja peculiar ao ser humano. Aristóteles argumenta por eliminação que, como esta não é a vida de crescimento e nutrição (partilhada com as plantas), nem a vida da percepção (partilhada com os animais), ela deve ser algum tipo de vida ativa da parte que possui razão (LAWRENCE, 2009, p. 54).

É digno de nota, portanto, que as atividades do corpo, como a nutrição e percepção, são constitutivos imprescindíveis da vida do ser. No entanto, segundo a linha de raciocínio aristotélica, não é razoável admitir a possibilidade de que aquilo que é meramente um acessório seja elevado a tal plano que pareça mais importante do que o essencial que, no caso específico da natureza humana, é a razão, bem como todas as implicações epistemológicas que a envolvem (LAWRENCE, 2009).

Esta capacidade, porém, não surtiria efeito se assumisse uma postura de simplesmente expectador, pelo contrário, a razão de ser está vinculada às suas atividades, principalmente em âmbito judicativo, pois somente assim ela assume um sentido autêntico enquanto função específica capaz de conduzir o homem a uma vida feliz.

É conveniente procurar compreender como a alma, que é propriamente o homem, é concebida no pensamento do Estagirita, enquanto detentora da razão. Para ele, “A possibilidade capacitante de razão no Humano manifesta-se de duas maneiras. Uma, através da obediência ao sentido orientador, a outra, quando já o possui, através da ativação do seu poder de compreensão” (ARISTÓTELES, 2009, p. 27).

A obediência, por sua vez, é a parte irracional, desejanse, mas que pode obedecer sujeitando-se à segunda parte, a racional, que é a parte que comanda. A dimensão racional se divide em intelecto prático e especulativo. O primeiro “é o pensamento impregnado de desejo, que fixa os meios para obter o fim, enquanto que o segundo é o pensamento puro cujo fim é a contemplação” (PERINE, 1982, p. 27). Assim destaca-se a importância da alma enquanto possibilidade de conduzir o homem na constante busca de uma vida voltada para a prática do bem e, conseqüentemente, feliz.

A antropologia aristotélica é situada na história. O tipo ideal de homem que ele concebe é compatível com a situação histórico-social de seu tempo. A realidade escravocrata da Grécia Antiga é que permitia aos homens livres o tempo necessário para atividades como a contemplação, filosofia e as artes. Segundo Vázquez (2003), a ética é um produto histórico assim como o homem o é. É a realidade vivida pelo homem que influencia a sua maneira de regular as relações sociais e conseqüentemente sua própria vida.

Aristóteles viveu num período em que, com o "aparecimento da propriedade, foi-se acentuando a divisão em homens livres e escravos. A propriedade - dos proprietários de escravos, em particular - livrava da necessidade de trabalhar. O trabalho físico acabou por se transformar numa ocupação indigna de homens livres." (VÁSQUEZ, 2003, p. 43). Por isso, Aristóteles, na sua ética, procura um tipo de atividade que realiza o homem livre, ou seja, aquilo que o faz agir conforme sua função específica e que o diferencia da figura bruta e vil do escravo que nada mais podia fazer além de que trabalhos braçais. O homem livre, portanto, buscará na contemplação, na atividade racional o fundamento para uma vida de sucesso.

### **3. FELICIDADE, O BEM SUPREMO HUMANO**

O pensamento ético de Aristóteles é organizado tendo como fundamento a ideia de que tudo o que existe e que acontece tem um fim<sup>3</sup>, desde aquilo que é relativo ao cosmos até ao que se diz respeito à ação particular de cada ser, tem uma intencionalidade e busca certo bem. Sendo assim, é evidente que, no que se refere à ação humana, os homens devem procurar aquela atividade cujo fim parece ser superior a todos os outros. É nesse rumo que se lança a ética aristotélica, utilizando-se do bom senso em oposição ao método exato. Ela é fundada em juízos morais que possibilitam levá-lo àquilo que se considera em geral bom, de acordo com a sua natureza própria (NODARI, 2010).

Baseado nestas ideias, Aristóteles supõe existir uma hierarquia de fins, bem como podemos ver a seguir:

Parece, contudo, haver uma diferença entre os fins: uns são, por um lado, as atividades puras; outros, por outro lado, certos produtos que delas resultam para além delas: o produto do seu trabalho. Há, pois, fins que existem para além das suas produções. Neste caso, os produtos do trabalho são naturalmente melhores do que as meras atividades que os originam. Sendo diversos os procedimentos práticos, as perícias e as ciências, assim também são diversos os respectivos fins. (2009, p. 17)

---

<sup>3</sup> "Fim", telos, não significa o que é em último lugar. Significa "completude, acabamento, cumprimento". A completude pode ser alcançada antes do termo fatal da vida. (nota 22 do tradutor António de Castro Caeiro in: ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Atlas, 2009).

A atividade humana é o meio capaz de produzir os fins, é por meio dela que o homem alcança seus diversos anseios, necessidades e até mesmo o que é supérfluo à sua existência. Por isso, sua ação deve ser pensada e direcionada para um bem ao qual ele aspira atingir preferencialmente em relação aos outros. Ora, nessa linha de raciocínio, Aristóteles afirma que:

Se, por conseguinte, entre os fins das ações a serem levadas a cabo há um pelo qual ansiamos por causa de si próprio, e os outros fins são fins, mas apenas em vista desse; se, por outro lado, nem tudo é escolhido em vista de qualquer outra coisa (porque, deste modo, prosseguir-se-ia até ao infinito, de tal sorte que tal intenção seria vazia e vã), é evidente, então, que esse fim será o bem e, na verdade, o bem supremo. (2009, p. 18)

Este bem supremo é o ápice de toda atividade humana, visto que as ações tendem inevitavelmente a um determinado fim, de maior ou menor grau de importância. É em vista dele que todos os outros fins particulares são desejados e subordinados hierarquicamente.

Aristóteles interpreta a ação humana segundo a categoria de meio e fim. O fim ao qual tende uma ação particular não pode ser senão um meio, em vista de um fim ulterior, mas é necessário que tenha um limite para a sequência. Cada ação deve ter um fim último que tenha valor nele mesmo, e conclui Aristóteles, sem hesitação, o fim último de todas as coisas deve ser o mesmo (NODARI, 2010, p. 16).

Essa demarcação limite na sequência de finalidades é proposta por Aristóteles para que as ações não percam sua intencionalidade em busca de um fim desconhecido e, conseqüentemente, inatingível. Esse fim último, supremo, igual para todos os homens, segundo Aristóteles (2009) é traduzido por *eudaimonia*<sup>4</sup>, ou seja, a felicidade. Não há dúvida de que entre os homens, ou pelo menos entre a maioria deles – não importando a classe social e/ou etnia a qual pertencem – há um acordo de que a felicidade é este fim último da vida, pois lhes parece que ela consiste basicamente em ter uma vida boa, fim almejado por todos que gozem de certo equilíbrio psicológico.

Na concepção de Santos, a felicidade, como busca universal, já encontra suas raízes no pensamento de Sócrates.

A tese de que todo ser humano deseja absolutamente sua própria felicidade e que fará tudo ao seu alcance para consegui-la está na origem da analogia, de inspiração socrática, entre a virtude e a técnica. [...] O bem último e incondicional é a felicidade. É o único bem que “procuramos” ou desejamos unicamente por si mesmo, sendo, por conseguinte, o “fim” (telos) de todas as ações (2010, pp. 24-25).

---

<sup>4</sup> O termo *eudaimonia*, segundo Priscilla Tesch Spinelli (2005), pode ser traduzido de diversas formas, como: “vida plena”, “plenitude humana”, “vida boa” e “felicidade”.

Tendo em vista a importância do bem supremo, Aristóteles propõe refletir a respeito de qual seria a ciência capaz de estudar a felicidade enquanto bem supremo desejado pelo homem. A conclusão a que chegou o Estagirita é que essa ciência é denominada política, uma vez que é a ciência pela qual o homem zela pela convivência na polis, pensa em si, sem deixar de pensar nos outros cidadãos. A felicidade certamente não reside simplesmente no âmbito da liberdade individual, mas no respeito também à liberdade do outro. Trata-se de algo que não deve causar no homem vergonha ou remorso, antes, trata-se de algo pelo qual o homem se orgulha de possuir. Em suma, ela determina desde aquilo que diz respeito a cada cidadão, também o conjunto deles, até o que é necessário ao Estado. Por isso dá a impressão de ser a mais completa das ciências e o mais apto propósito racional, capaz de investigar o bem supremo.

### **3.1 - Os critérios do Bem Supremo**

Na concepção aristotélica, para que um bem seja considerado supremo, ele precisa respeitar alguns critérios que nos permitam julgá-lo como tal, a saber, o critério de completude e de autossuficiência. Em primeiro lugar é necessário que ele seja completo, ou seja, precisa ser desejado por ele mesmo, sempre e em toda circunstância. Visto que parece existir uma variedade de fins, cada um de acordo com a atividade pela qual é realizado, este fim ulterior, o bem supremo, tem de possuir essa completude.

Um fim instrumental, por exemplo, é menos completo porque visa a algo diferente dele mesmo. Aristóteles ilustra o fim instrumental com atividades práticas, como a medicina e a ginástica. A primeira não é perseguida por si mesma, mas é um instrumento em vista da saúde. A outra pode ser praticada visando à boa forma, ou com o intuito de ganhar um campeonato, ou ainda com as duas finalidades ao mesmo tempo, o que faz dessas atividades, portanto, opostas ao primeiro critério estabelecido por Aristóteles. Porém, para Aristóteles, a felicidade realmente parece obedecer a ele:

Na verdade, simplesmente completo é aquele fim que é sempre escolhido segundo si próprio e nunca como meio em vista de qualquer outro. Um fim deste gênero parece ser, em absoluto, a felicidade. De fato, nós escolhemos sempre a felicidade por causa dela mesma, e nunca em vista de outro fim para além dela (2009, p. 26).

Observado este primeiro critério, o filósofo lança as bases do segundo critério, o da autossuficiência. O bem completo parece satisfazer a si próprio, pois, se dependesse de outra coisa, sua completude seria colocada em xeque. “Nós entendemos por ‘autossuficiente’ aquilo que, existindo num isolamento de si, torna a vida numa escolha

possível, não precisando de mais nenhum acréscimo. Cuidamos que uma coisa deste gênero é a felicidade” (ARISTÓTELES, 2009, p. 26).

Parece claro que a felicidade cumpre esses critérios. Porém, se faz necessário compreender mais especificamente a sua essência, levando-se em conta as opiniões acerca dela.

### 3.2 - Opiniões sobre a *eudaimonia*

A reflexão de Aristóteles tende a descobrir, portanto, no que consiste a felicidade em seus traços essenciais, pois, apesar de os homens concordarem que ela é o fim último da vida, não entram em acordo sobre o que exatamente é a felicidade, ou que situações remetem a ela. “Para uns é alguma daquelas coisas óbvias e manifestamente boas, como o prazer, a riqueza ou a honra; para uns é uma coisa, para outros, outra – muitas vezes até para o mesmo podem ser coisas diferentes.” (ARISTÓTELES. 2009, p. 20).

E assim se desdobram as mais diversas opiniões que vão desde aquilo que está intimamente ligado às suas necessidades atuais passíveis de solução, como doença ou pobreza, até as mais nobres capacidades humanas, reconhecidas inclusive como inatingíveis para alguns deles. Isto parece dificultar o trabalho do filósofo, segundo Lawrence:

Aristóteles seguindo a sua metodologia “endoxal”, considera essas várias opiniões – ou ao menos aquelas que são predominantes (ou parecem ter algo delas) – e apresenta seus problemas. Assim, a especificação nominal do bem supremo, o objeto da *politike*, como a *eudaimonia* é, ainda que dificilmente controversa, não muito iluminadora. Acrescentemos a isso as controvérsias e as dificuldades que rondam as variadas opiniões oferecidas sobre ela, e não será surpreendente que é desejado que seja ainda dito com mais clareza o que a melhor coisa é (2006, p. 49).

Diante desse dilema que envolve múltiplas concepções, o filósofo se propõe analisar dentre elas as dos sábios, pelas quais tem mais apreço, bem como outras de senso comum. Há uma explicação para proceder dessa forma. Segundo Aristóteles, “tem de se considerar o princípio fundamental – em causa na nossa investigação (a felicidade) – não apenas a partir da conclusão nem das premissas que levam à fixação do seu sentido, mas também a partir do que é dito acerca dele” (2009, p. 29).

Estas opiniões estão relacionadas à forma de viver a vida priorizada pelos homens. Segundo o Estagirita, existem três principais formas de viver através das quais se supõe alcançar a felicidade: uma dedicando-se ao prazer, outra à ação política e por fim à atividade contemplativa.

No primeiro momento, vamos nos ater a expor as duas primeiras formas, apresentando alguns dos motivos que fazem com que Aristóteles não as considere capazes de tornar o homem plenamente feliz.

A primeira delas é nitidamente rejeitada pelo filósofo, pois parece não ser uma característica intrínseca e exclusiva do homem. É, antes, um elemento presente também na vida animal, enquanto apetitivo e instintivo. Exatamente por não ser próprio do homem, o prazer não pode favorecê-lo a alcançar o seu supremo bem. Para Aristóteles “a maioria dos homens e o mais vulgares de todos supõem que o bem e a felicidade são o prazer, é por esse motivo que acolhem de bom grado uma vida dedicada à sua fruição” (2009, p. 21). Estes homens seguem o imperativo de viver e aproveitar a vida segundo seus desejos, pois a encaram como existência meramente passageira.

A teoria filosófica que concebe tal visão é denominada hedonismo que, segundo Dwight Furrow,

[...] equaciona felicidade e prazer e diz que o prazer é a única coisa na vida que é boa, a única coisa que vale a pena buscar [...] O problema é que não está claro como conseguimos uma concepção de valor moral a partir do hedonismo, uma vez que uma vida de prazer pode ser vivida por uma pessoa de imoralidade chocante. [...] Embora ter prazer em sua vida seja um importante componente na felicidade, o prazer, enquanto tal, não tem a profundidade emocional para constituir a felicidade (2007, pp. 119-120).

A conclusão que chegamos acerca do prazer é que ele não é algo totalmente detestável, pelo contrário, faz parte da vida humana e é inclusive um importante elemento na busca da felicidade. O problema está no grau de importância que se dá para aquilo que é uma parte do que buscamos, e não ela própria. Afinal, apesar de o prazer parecer um caminho direto à felicidade, na verdade ele oferece um momento apenas, e o que o homem anseia é a felicidade duradoura, que torne a vida humana boa e plena.

Por outro lado, a vida dedicada à atividade política parece ser característica das pessoas pertencentes às elites sociais, ou àquelas mais instruídas, que costumam identificar a *eudaimonia* com a honra. Em sua busca, o homem toma iniciativas para ser honrado pelos outros, há alguns que até o fazem para se convencerem de sua benevolência. Porém, parece ser contraditório uma vida plena depender mais de uma terceira pessoa, aquela que concede a honra, do que do próprio indivíduo que por sua vez a recebe. Por mais que esta busca faça com que o homem, por vezes, tenha boas atitudes, o que o leva a fazer isso, ou seja a sua finalidade, tem um significado pouco profundo e incompleto diante daquele investigado por Aristóteles.

Para Spinoza (1979), a honra é um bem insuficiente, pois, ao possuí-la, o homem obtém certo tipo de alegria e com isso sua tendência é querer proporcionar novos momentos dessa alegria para aumentá-la ainda mais. De modo que isso se torna uma busca



incessante que, na verdade, pode gerar no homem uma profunda tristeza ao se alimentar dessa esperança.

Antes de se dedicar a terceira forma de viver a vida – candidata preferida a bem supremo – o Estagirita faz um apêndice para tratar da vida votada à obtenção de riquezas. Ele analisa esse tipo de vida como uma bestialidade, incapaz de alcançar o bem supremo, pois trata de algo meramente útil que, portanto, existe em função de outra coisa distinta de si. O valor do dinheiro está submisso às coisas que conseguimos obter com ele: é um bem instrumental, logo, sequer se parece com um fim. É, portanto, incompatível com o que procuramos. (ARISTÓTELES, 2009).

No que concerne ao acúmulo de bens e riquezas, é possível afirmar que a reflexão de Aristóteles pode ser considerada atual. Segundo pesquisas, “alguns cientistas sociais têm, recentemente, apontado que o crescimento de riqueza material nas sociedades ocidentais não aumentou medidas de bem-estar subjetivo” (FURROW, 2007, p. 118).

Analisadas essas opiniões gerais acerca do bem supremo, apresentaremos a reflexão sobre a função intrínseca do homem, essencialmente ligada à sua felicidade.

#### **4. A FUNÇÃO HUMANA**

Definir a essência da felicidade depende da descoberta da função específica do homem. Quando Aristóteles faz referência ao papel da função humana enquanto geradora do seu bem, ele quer enfatizar a importância da ação própria do homem, aquilo que ele pratica enquanto tal, ocupando o seu espaço no cosmo que, por sua vez, tem uma organização adequada. Nessa perspectiva faz-se necessário recordar que para o Estagirita tudo tem o seu devido lugar no mundo, cada elemento dá a sua colaboração para o seu equilíbrio.

O objetivo do argumento da função própria é tornar mais claro o que é o bem humano [...] Com este argumento, Aristóteles sugere que podemos esclarecer o que é melhor a ser praticado ou a *eudaimonia* considerando a função humana – a saber, o que é próprio ou peculiar para um ser humano como tal, fazer (LAWRENCE, 2009, p. 54).

O vínculo estabelecido por Aristóteles entre a essência da felicidade e a função humana se dá pelo fundamento que supõe que o bem resultante de cada perícia está relacionado intimamente à sua função específica, por exemplo, se para o flautista o bem é tocar bem flauta, assim também será para o homem ao buscar o seu sucesso. “De tal forma é assim que, se houver um único fim para todas as ações realizáveis pelo Humano, esse será o bem susceptível de ser alcançado pela ação humana” (ARISTÓTELES, 2009, p. 25).

Como já mencionamos no tópico sobre a antropologia aristotélica no período em que escreveu a obra em questão, a alma, segundo o filósofo, tem uma posição predominantemente superior no Ser do homem. Por isso, não é estranho supor que esta capacidade específica do homem se encontra na alma enquanto capacitante de razão

[...] se admitimos que a função do Humano é uma certa forma de vida, se, por sua vez, essa forma de vida é uma atividade da alma e uma realização de ações conformadas pelo sentido; se, ainda, a função do homem sério é a de cumprir estas funções bem e nobremente, e se, finalmente admitirmos que uma ação é bem realizada se for cumprida de acordo com a sua excelência específica – nessa altura, então, o bem humano é uma atividade da alma conformada por uma excelência, e se houver muitas excelências, será conformada pela melhor e mais completa (ARISTÓTELES, 2009, pp. 27-28).

O filósofo afirma que a predisposição da alma para as excelências, ou seja, sua racionalidade, não torna o homem já feliz. Pelo contrário, a felicidade é alcançada pela ação humana e pelo fato de fazer benfeito, com seriedade e nobreza, aquilo que lhe é próprio. Afinal há uma enorme diferença entre a capacidade que o homem tem de ser feliz e o uso dessas capacidades para alcançá-la verdadeira e integralmente (2009).

Nodari sintetiza o pensamento de Aristóteles sobre a especificidade da função humana e a sua necessidade de ser ativa na vida do homem feliz:

Se nós somos, por nossa forma natural, seres racionais, então, é claro que o fim natural será agir segundo a razão. Todo fundamento da moral aristotélica está nessa proposição, pois, aos olhos de Aristóteles, o homem só é feliz quando realiza isso pelo e para o qual ele foi feito. E isto pelo e para o qual ele é feito é o “dever” e o fim do homem. [...]. O que faz a marca específica do homem é o pensamento e a razão que o segue. É a atividade intelectual. Nesta encontra-se a fonte principal das alegrias do homem, ou seja, a fonte donde provém a verdadeira felicidade. Com efeito, a felicidade do homem consiste no aperfeiçoamento da atividade que lhe é própria, ou seja, na atividade segundo a razão. (2010, p. 21).

O homem, ser racional, torna-se feliz à medida que faz uso da razão. Com efeito, através da prática ele se aperfeiçoa no exercício da sua própria função, progredindo e alcançando, de maneira plena, a felicidade que busca. É um movimento de transformação, no qual o homem eleva o seu ser operando de acordo com aquilo que tem de mais sublime. Esse movimento é resultado da tensão existente no homem animal/racional, constituído de desejo e pensamento. O equilíbrio desse movimento é a virtude. E é exatamente essa possibilidade que faz do homem, exclusivamente, um ser ético. (ARISTÓTELES, 2009).

Afinal para Deus não há essa tensão, já que a sua perfeição pressupõe uma coincidência entre o desejo e o bem, enquanto que para o animal há apenas o desejo que o move. A função humana é, portanto, agir de acordo com a razão excelentemente. É dessa forma, segundo a nossa pesquisa, que se chega à felicidade, o bem supremo.

Conforme Lawrence (2009), esses parecem ser os principais pontos que Aristóteles quer estabelecer com o argumento da função própria do homem:

Eles podem parecer formais, mas na verdade têm um conteúdo suficiente e informativo como delineamento do bem humano. Eles são suficientes para rejeitar muitas concepções contemporâneas sobre o bem humano na medida em que elas oferecem como respostas elementos de uma categoria lógica errada. [...] E, como ele (Aristóteles) tenta mostrar, a concepção oferecida proporciona uma estrutura geral em relação à qual podemos compreender as coisas que são geralmente ditas sobre o bem ou o sucesso humano, revelando o seu lugar próprio e a sua contribuição. (p. 56).

Apesar de ser apenas um delineamento sobre a função humana, o Estagirita deixa claro que a *eudaimonia* não é alcançada automaticamente por certo tipo de pessoa como, por exemplo, os possuidores de bens materiais, já que a ausência desses bens pode até comprometer a felicidade, mas sua mera posse não poderá oferecê-la. Pelo contrário, a *eudaimonia* é uma possibilidade para o homem que poderá alcançá-la por meio de uma maneira própria de viver a vida, como o Estagirita afirma:

Foi dito que a felicidade seria uma certa espécie de atividade da alma humana de acordo com a excelência. Dos restantes bens, uns são por necessidade, outros existem naturalmente como auxiliares ou como instrumentalmente úteis [...]. Contudo, decisivo para a felicidade são as atividades autênticas realizadas de acordo com a excelência ética, enquanto as atividades opostas levam à infelicidade (ARISTÓTELES, 2009, pp. 32-33).

Existem bens que colaboram para se chegar ao bem supremo, porém somente a prática da virtude parece ser indispensável para alcançá-lo, pois permite ao homem uma vida estável e, portanto, feliz. Por meio da virtude, o homem consegue lidar mais tranquilamente com as variações da vida, pois se alegra com os bons acontecimentos e, ao mesmo tempo, sabe suportar as suas desventuras. “Quem é verdadeiramente bom e sensato suporta toda a espécie de sorte nobremente e a partir das condições disponíveis agirá sempre da melhor forma possível [...] O feliz não é instável nem facilmente transformável” (ARISTÓTELES, 2009, p. 34).

## 5. A VIRTUDE

Dada a importância que Aristóteles confere às virtudes trataremos agora de expor alguns pontos sobre o assunto. Lawrence afirma que “segundo Aristóteles, há muitas – de fato duas – excelências: uma que é a combinação da sabedoria prática com as excelências do caráter e outra que é a sabedoria teórica” (2010, p. 61). Cada uma tem o seu grau de importância na busca da felicidade.

As virtudes éticas, ou seja, a combinação das excelências do caráter com a sabedoria prática não são inatas no homem. Pelo contrário, elas resultam do hábito que, não obstante, estará sempre de acordo com a natureza humana. Afinal, segundo o Estagirita,

Nada do que é constituído naturalmente de uma determinada maneira poderá ser habituado a ser de outra maneira. As excelências, então, não se geram em nós nem por natureza, nem contra a nossa natureza, mas por sermos constituídos de tal modo que podemos, através de um processo de habituação, acolhê-las e aperfeiçoá-las (2009, p. 40).

Constatada no homem, portanto, a condição para esse hábito, é preciso que ele passe a realizar ações virtuosas, pois, é praticando que se aprende e que se aperfeiçoa. Do mesmo modo que as perícias, como a música ou a ginástica, são aperfeiçoadas na aprendizagem e na prática constante, se dá também o hábito virtuoso, pois, o homem se torna justo praticando atos justos; temperado, atuando com temperança; e corajoso, realizando ações corajosas.

O que assinala fortemente a subjetividade na conquista das virtudes éticas é o fato de que elas se constituem por meio de ações levadas a cabo em circunstâncias que podem ter resultados distintos. (ARISTÓTELES, 2009). Por exemplo, ao fazer um acordo com outrem, o homem pode tornar-se justo ou injusto. É essa escolha que destaca o protagonismo do homem na prática da virtude em busca da felicidade.

A máxima aristotélica diz que a virtude está no meio, porém, segundo Hursthouse, não se trata de um meio simplesmente equidistante das extremidades, “certamente, há mais do que isso em seu pensamento. A virtude como disposição mediana inevitavelmente tem algo a ver com não ser nem excessivo nem deficiente” (2010, p. 107). Nesse processo se destaca o protagonismo do homem que diante da realidade vivida encontra a virtude.

É preciso ressaltar ainda que o homem não se torna virtuoso simplesmente por acertar uma única vez o meio a que nos referimos, como alguém que acerta o alvo por acaso. A virtude é fruto da sabedoria prática que escolhe intencionalmente segundo a reta regra. “O justo meio consiste em fazer o que se deve, quando se deve, nas circunstâncias em que se deve, para com as pessoas relativamente às quais se deve, pelo fim pelo qual se deve, como se deve” (PERINE, 1982, p. 29). Porém os homens se afastam da virtude quando buscam os prazeres – tratando-se aqui daqueles puramente relativos ao corpo, que para Aristóteles são inferiores – ou quando evitam os sofrimentos. Para Aristóteles (2009), a virtude decorre da mais perfeita relação possível entre prazer e sofrimento.

Fizemos até aqui um delineamento das virtudes éticas – especificamente a temperança, coragem e justiça – que são, para o Estagirita, inferiores à virtude teórica, a contemplação. Porém, segundo Lawrence (2009), elas não deixam de ter uma relação

mútua, de modo que uma existe em decorrência da outra. Sendo a sabedoria teórica melhor e mais final, parece ser próprio dela incluir todas as demais excelências inferiores. Parece ser neste sentido, portanto, que Aristóteles trata as virtudes éticas como decisivas para a felicidade, mesmo sendo a sabedoria teórica aquela que é propriamente responsável pela *eudaimonia*. Lawrence explica bem a finalidade desta relação:

as atividades da sabedoria prática liberam a vida para que a atividade do *nous*<sup>5</sup> possa ser realizada livremente: é assim que estamos livres para nos engajarmos na atividade que é mais verdadeiramente a realização de nós mesmos. A tarefa da razão prática é, de fato, remover os impedimentos de tal realização. (2009, p. 62)

Essa é a finalidade da razão prática ou política, possibilitar que os homens tenham tempo disponível para se dedicar à contemplação, virtude teórica, que é a atividade própria da alma – a parte mais importante do homem na concepção instrumental-mecanicista de Aristóteles – o que mais aproxima o homem daquilo que é divino, portanto, o fim mais último que ele pode alcançar.

## 6. VIDA CONTEMPLATIVA

Segundo Aristóteles, a vida de contemplação é a possibilidade para uma vida mais feliz. Conforme Bobonich (2009), essa excelência, própria da razão teórica, é um tema central que perpassa todos os escritos éticos<sup>6</sup> do Estagirita. Especificamente na obra que estamos analisando, Aristóteles defende, com uma série de argumentos, a superioridade da vida contemplativa na busca da felicidade sobre as outras formas apresentadas e rejeitadas anteriormente – prazer, honra e bens materiais.

O intento de Aristóteles, já no fim da sua obra, é identificar a vida contemplativa conforme os critérios do bem supremo. Para ele, assim como a felicidade é autossuficiente e completa, parece ser também a vida contemplativa, pois parece ser escolhida por ela mesma como um fim, e não meramente um meio em vista de outras coisas.

---

<sup>5</sup> O termo *nous* é empregado por Lawrence como “intelecto intuitivo” (2009, p. 60). Segundo Abbagnano “a noção de intelecto intuitivo foi elaborada por Aristóteles. Para ele, além de ser geralmente a faculdade ‘graças à qual a alma raciocina e compreende’, o intelecto é também uma virtude dianoética, ou seja, um hábito racional específico. Como tal, é a faculdade de intuir os princípios das demonstrações, que não podem ser apreendidos pela ciência — que é apenas um hábito demonstrativo — nem pela arte e pela sabedoria, que dizem respeito ‘às coisas que podem ser de outra forma’, desprovidas de necessidade (*Et. nic*, VI, 6,1140b 31 ss.). Além dessas ‘definições primeiras’, o intelecto também tem a tarefa de intuir ‘os termos últimos’, ou seja, os fins aos quais deve subordinar-se a ação (*Ibid.*, VI, 11, 1143b). Ao lado da ciência, o intelecto constitui a sabedoria, ‘que é ao mesmo tempo ciência e intuição das coisas mais excelsas por natureza’ (*Ibid.*, VI, 7, 1151b 2), sendo por isso a mais alta realização do homem” (2007, pp. 572-573).

<sup>6</sup> *Ética Eudêmia, Magna Moralia e Protrepticus*, além da *Ética a Nicômaco* (BOBONICH, 2009).

Ora, são possibilidades absolutas de escolha aquelas atividades das quais nada mais se espera para além do estarem ativas. Deste gênero parecem ser as ações de acordo com a excelência. Praticar atos nobres e sérios são possibilidades que existem em e por si próprias (2009, p. 233).

Essa excelência mencionada, por conseguinte, diz respeito à melhor parte do homem, o *nous*, que possibilita uma compreensão verdadeira do que é belo e divino, ou daquilo que há de mais divino nele. Ela proporcionará a felicidade em seu grau máximo, pois é a excelência mais poderosa que existe no homem, que conhece as coisas mais sublimes, e que é, também, a mais contínua de todas as atividades, diferentemente das excelências éticas, retomadas por Aristóteles, para mostrar a sua insuficiência. Enquanto a ativação da contemplação basta ao filósofo e por isso pode ser contínua, o generoso precisará sempre de dinheiro para que possa praticar sua generosidade; o corajoso, para que assim o seja, precisará de força e poder; e, ainda, o temperado terá de passar por momentos de tentação para que se mostre dessa forma. (ARISTÓTELES, 2009).

Perine explica como a atividade contemplativa consegue ser tão suprema e última:

Para Aristóteles a contemplação não é simples posse da ciência, mas o seu uso, a sua atividade: é olhar atualmente uma verdade que já se aprendeu e já se sabe. [...] a vida contemplativa, a atividade mais contínua que é possível ao homem, para Aristóteles não será tanto uma vida de estudos ou de busca da verdade, mas a vida consagrada a olhar as realidades mais sublimes que são as realidades divinas (1982, p. 31).

A filosofia que leva à felicidade não é investigativa, mas puramente dedicada à contemplação, pois, do contrário, ela visaria a outro fim diferente dela mesma. Ela parece ser, portanto, a única atividade querida por ela mesma, uma vez que não produz nada além da própria ação, sendo o interesse humano por ela puro, em vista apenas do entendimento ou apreciação daquilo que é. Segundo Lawrence, “a atividade teórica, a contemplação, tem aquela inutilidade que lhe confere perfeição” (2009, p. 67). Aristóteles parece, deste modo, apontar contundentemente o tipo de vida do *eudaimon*<sup>7</sup>

Se a atividade do poder de compreensão, sendo uma atividade contemplativa, se distingue extraordinariamente em seriedade e não visa atingir nenhum outro fim último a não ser o que é obtido já com o seu próprio acionamento e tem um prazer que lhe pertence por essência [...] então, esta atividade é a felicidade humana no seu grau de completude. (ARISTÓTELES, 2009, p. 236)

Para Aristóteles, a felicidade precisa combinar com o prazer, o que colabora para que o homem busque tal vida. Todavia, não se trata do prazer criticado anteriormente – que segundo o filósofo sequer pode ser chamado desta forma por ser considerado vergonhoso – mas, se trata aqui do prazer mais nobre, puro, estável e em conformidade com a sabedoria

---

<sup>7</sup> O que possui a *eudaimonia*.

que, de acordo com a proposta do Estagirita, é alcançado pela filosofia que usufrui dos conhecimentos, pela contemplação.

Aristóteles, segundo Bobonich (2009), deixa claro que uma vida privada da filosofia é pouco valiosa e que a vida mais feliz consiste, portanto, em contemplar tanto quanto for possível. Chega-se a essa concepção devido ao argumento de que esta é a única atividade digna para Deus. Para Aristóteles, é indiscutível que Deus seja feliz de uma forma extraordinária. E, considerando-se a sua existência, há de se acreditar em um tipo de atuação própria Dele que não parece fazer sentido se constituir em ações justas, atos de coragem, atos de generosidade ou ações temperadas, visto a sua perfeição divina. Restamos, portanto, que tal atuação seja de acordo com a atividade contemplativa. Eis o motivo que faz a vida contemplativa a que mais exponencia a *eudaimonia* para o homem. Afinal, tal existência é a mais divina que há no horizonte humano, já que o poder de compreensão é também o mais divino que existe.

Aristóteles quer, com esse tipo de argumentação, levar o homem a buscar suas possibilidades mais sublimes. Porém, ele parece saber, segundo Lawrence (2009), que essa vida perfeita é extremamente difícil de ser mantida, visto que a limitação humana – física, emocional e social – exige, por vezes, uma dedicação aos seus cuidados. Todavia, apesar de sua elevação, não significa que não possa ser um ideal regulador. Segundo Nodari

A contemplação aristotélica, portanto, não saberá ser apenas estritamente intelectual. Sua ambição é aperfeiçoar o sujeito, que é intelecto, para que ele seja feliz, exercendo sua atividade própria de homem e não simplesmente exercendo a contemplação de um objeto transcendental. (2010, p. 32)

Aristóteles tem em mente que o homem, embora busque um fim último coerente com a sua parte mais elevada, a alma, possui também um corpo que – apesar de não ser encarado como percalço para a alma – é limitado.

Sendo o corpo limitado, necessita, pois, de circunstâncias externas adequadas para que o homem possa se dedicar à contemplação. Precisa, portanto, de conservar o corpo com boa saúde, nutri-lo e prestar-lhe todos os devidos cuidados.

Mas se não é possível alcançar uma disposição bem-aventurada sem bens exteriores, certamente não se deverá pensar que se precisará de muito para se ser feliz. É que o caráter de autossuficiência e a ação excelente não dependem de uma prosperidade excessiva. É possível realizar feitos nobres mesmo se não se tiver poder sobre a terra e sobre o mar. Mesmo a partir de posses moderadas [...] porque os simples cidadãos parecem ser capazes de ações excelentes não menos do que os poderosos. Basta ter o suficiente (ARISTÓTELES, 2009, p. 239).

Enfim, para Aristóteles, a felicidade é alcançada genuinamente por uma atividade própria do homem, seu esforço em busca daquilo que é bom, belo e agradável. As

circunstâncias externas são apenas meios que colaboram com o fim. O fim último humano, entretanto, está unido à sua essência, à capacidade mais elevada da alma: a razão teórica que aciona nele a atividade mais sublime, a contemplação, de tal modo que o leva à felicidade completa.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aristóteles, sem dúvida, oferece em sua obra uma ampla reflexão sobre os juízos referentes à boa ação do homem que o leva, conseqüentemente, a uma vida feliz. Porém, este breve estudo que fizemos nos permite ver também, apesar da magnitude da “Ética a Nicômaco”, uma possível lacuna.

A proposta de Aristóteles é refletir sobre qual é o fim do homem, ou seja, o sentido da vida humana. Logo, investiga qual é a atividade capaz de conduzir o homem a este fim. A contemplação, já no início da sua obra, é assinalada como a proposta mais eficaz na referida investigação. Porém, na conclusão parece ainda não haver uma explicação clara de sua compreensão sobre o que é esta atividade. Por vezes, a contemplação é identificada com a Filosofia que, todavia, busca novas respostas em certos momentos, ou seja, por vezes tem um fim diferente de si mesma, o que não coincide com o Bem supremo segundo os critérios estabelecidos pelo Estagirita.

Apesar do enigma deixado por Aristóteles acerca da atividade contemplativa, os resultados de sua investigação parecem orientar o homem em diversos temas pertinentes, dentre os quais destacamos:

Aristóteles defende em sua nova antropologia que o homem é composto de corpo e alma. Ele supera a visão reducionista e concebe o homem na sua integralidade, não descartando o corpo como obstáculo para a alma. A superioridade da alma, enquanto detentora da razão, não faz da realidade corpórea uma negação ontológica do homem. Isso favorece a reflexão sobre a *eudaimonia* enquanto vida plena, uma vez que concebe o homem em toda sua plenitude.

O segundo aspecto é a investigação da função específica do homem como essência de sua felicidade. Fica claro que Aristóteles, embora influenciado pela realidade escravocrata de seu tempo, fala de uma possibilidade presente e natural em todos os homens que, se expostos às condições mínimas, poderão alcançar a *eudaimonia*. Isso nos parece muito pertinente na sociedade contemporânea que discute e luta pela igualdade dos indivíduos, independentemente de gênero, classe social ou etnia. Além disso, o argumento da função própria parece provocar ainda no homem uma busca importante do autoconhecimento que, sem dúvida, colaborará para uma vida feliz, pois proporcionará um



encontro da verdade e do bem que habitam no interior do homem. A partir do momento em que este olha para si, compreende suas funções, sua atividade de julgar, decidir e agir conforme uma ética racional orientada pela virtude e certamente poderá alcançar a sua plenitude como tal.

Constatamos ainda que Aristóteles deixa uma orientação ainda atual ao dizer que os bens materiais são apenas um meio a caminho da felicidade. Ante uma sociedade orientada por um sistema econômico perverso que supervaloriza o acúmulo de bens a ponto de tolher a liberdade alheia, o conselho de que para uma vida feliz basta o necessário é extremamente apropriado. Uma vida verdadeiramente feliz brota da essência mais profunda do homem, o seu ser, a sua atividade, o seu empenho em fazer-se, aperfeiçoar-se enquanto tal.

Por fim, o ápice da "Ética a Nicômaco", sem dúvida, é o conceito de virtude. Ser feliz é fazer a coisa certa, na hora certa, da maneira certa. As melhores escolhas certamente levarão o homem a uma vida mais feliz. Quando Aristóteles diz que o homem precisa encontrar o meio relativo à situação em que vive, ele afirma que a ética é um movimento de escolhas permanentes. Não é um protocolo pronto para ser feliz. Ela é emancipadora, dá a liberdade de escolha para o homem, que por sinal deverá possuir consciência, razão, para fazer a melhor escolha.

A "Ética a Nicômaco" contribui assim para refletir sobre o que vem a ser uma vida feliz, pois aponta para a finalidade da vida humana. E quem descobre o sentido que norteia sua vida, certamente entenderá melhor suas intempéries e conquistará a felicidade, não obstante acompanhada de sofrimentos e desafios. Em suma, o homem é um ser para a felicidade.

## 8. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOBONICH, Chris. Os tratados éticos de Aristóteles. In: KRAUT, Richard (Org.). **Aristóteles: A Ética a Nicômaco**. Trad. Priscilla Spinelli. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FURROW, Dwight. **Ética: conceitos-chave em filosofia**. Trad. Fernando José R. Da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- HURSTHOUSE, Rosalind. A doutrina central da mediania. In: KRAUT, Richard (Org.). **Aristóteles: A Ética a Nicômaco**. Trad. Priscilla Spinelli. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LAWRENCE, Galvin. O bem humano e a função humana. In: KRAUT, Richard (Org.). **Aristóteles: A Ética a Nicômaco**. Trad. Priscilla Spinelli. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- NODARI, Paulo César. **Sobre Ética: Aristóteles, Kant e Levinas**. Caxias do Sul: Educus, 2010.
- PERINE, Marcelo. Nas Origens da Ética Ocidental: A Ética a Nicômaco. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, n. 25, p. 21-38, 1982.

SANTOS, Bento Silva. Virtude e Eudaimonia nos Diálogos “Socráticos”. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 37, n. 117, p. 5-26, 2010.

SPINELLI, Priscilla Tesch. **A Prudência na Ética Nicomaquéia de Aristóteles**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

SPINOSA, Benedictus de. **Tratado da Correção do Intelecto**. Coleção Os Pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Trad. João Deel’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.